

Sistema Político e Democracia no Suriname e na Guiana: uma análise comparativa¹

Jack Menke²

1. Introdução³

O conceito de sociedade plural foi introduzido por Furnivall (1944) em um estudo sobre a Índia e a Holanda. Tal conceito tornou-se importante para o debate nas Ciências Sociais por tratar da natureza e das perspectivas de desenvolvimento de diversas sociedades culturalmente (pós-)

coloniais no Sudeste Asiático e, mais tarde, nas sociedades Caribenhas de grande diversidade étnica e cultural, como a Guiana, o Suriname e Trinidad e Tobago. A introdução de sociedade plural no Caribe (van Lier 1949; Smith 1960) foi seguida por um intenso debate sobre o sentido e a utilidade deste conceito. Smith (1960)

1. Trabalho apresentado na Fundação Alexandre de Gusmão no Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI) em 30 de março de 2010, no VIII Curso para diplomatas sul-americanos. Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

2. Professor em Ciências Sociais na área de Sociedade Multiétnica, com ênfase para a Metodologia de Pesquisa no Instituto para Estudos de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Anton de Kom do Suriname.

3. Nota do editor: tradução de Marina Pimentel Ferreira. Revisão da tradução: Lourival Néto.

usou esse conceito para descrever a pluralidade nas sociedades de língua inglesa do Caribe, enquanto van Lier tratou do Caribe holandês. Eles se concentraram em segmentos culturais de sociedades plurais que não compartilham um único conjunto de instituições básicas, tais como religião, parentesco, educação e economia, e vivem lado a lado em um sistema comum de governo.

Numa fase posterior o conceito de consociativismo foi apresentado, enfatizando as variáveis políticas e de estado em sociedades multiétnicas. (Lijphart, 1968; 1977; 1984). Este conceito refere-se a um sistema democrático multipartidário de eleições livres e secretas, baseado em um princípio de proporcionalidade em um sistema eleitoral e formação de coalizões, e de partilha de poder entre as elites dos partidos com base na afiliação étnica. Presume-se que o principal pré-requisito para a existência de uma democracia consociativa é a consciência das elites dos diferentes grupos étnicos de uma situação possivelmente explosiva, para só então eles estarem dispostos a compromissos e cooperação política (Dew, 1978).

As clivagens de classe e etnicidade dão origem a pontos de vista opostos no debate sobre os determinantes do poder político e do comportamento político dos grupos dominantes nas sociedades caribenhas multiétnicas. As

abordagens da sociedade plural, bem como os adeptos do modelo de democracia consociativa enfatizam o papel das instituições culturais e etnicidade. No outro extremo estão as abordagens baseadas na primazia de classe. Há também uma terceira abordagem baseada em uma estrutura de “classe e etnicidade” (Rodney, 1981; Thomas 1984). Apesar de várias tentativas na direção de uma abordagem “classe e etnicidade” integrada, muitos estudos contemporâneos de sociedades multiétnicas ainda estão propensos a compreender classe e etnicidade ou classe e raça em um esquema dicotômico. Além disso, a dicotomia classe-etnicidade acaba, frequentemente, em sociedade plural (Furnivall 1944; van Lier 1950). As instituições culturais do modelo de sociedade plural tornaram-se o foco dos sociólogos e antropólogos, enquanto que o Estado, tendo domínio das elites étnicas, tornou-se uma preocupação dos cientistas políticos (Dew 1978/2001; Ryan 1988/1989/1992). Estes últimos lidam com a distribuição de poder e dos mecanismos do Estado ao observar as elites dos diversos segmentos étnicos.

Apesar da institucionalização da sociedade plural e dos conceitos de consociativismo no mundo acadêmico, as sociedades caribenhas multiétnicas parecem ser mais complexa. Além do domínio tradicional da cultura e da

distribuição do poder do Estado, outras dimensões e conceitos (como classe, desenvolvimento, equidade, participação e boa governança) foram inseridos no “debate do desenvolvimento” desde os anos de 1960. A variedade de conceitos reflete na busca de soluções para a complexa realidade das sociedades em questão.

Enquanto a grande parte da teorização sobre os problemas ou soluções relacionadas às relações étnicas e à democracia na qual é referida como sociedades “profundamente divididas” (tais como a Guiana e Trinidad) ou sociedades “menos divididas” (Suriname) considera a “sociedade plural” e o consociativismo frequentemente como padrões, cuja validade desses conceitos estão sendo questionados desde que foram lançados (Braithwaite 1960; Rubin 1962; Stone 1973; Craigh 1974; Hall 1980; Robotham 1980/1991; Sankat-sing 1989; Menke 2008). Não obstante a essas fortes críticas, os conceitos de sociedade plural e consociativismo permaneceram populares nas Ciências Sociais. Entre as críticas, estão a falta de poder explicativo e a suposição Eurocêntrica de uma nação culturalmente homogênea.

No processo de descolonização é diferente o sistema político desenvolvido na Guiana e no Suriname: tem-se na Guiana o sistema majoritário e no Suriname o consociativismo. O modelo majoritário é um sistema político bipartidário de eleições livres e justas, geralmente

baseado em um princípio eleitoral majoritário, que dá direito ao partido vencedor governar em nome do eleitorado e de todos os grupos (étnicos) na sociedade. O modelo consociativo é caracterizado por um sistema multipartidário de eleições justas e livres, com um princípio proporcional eleitoral e de coalizão com base na cooperação entre a elite política de partidos filiados com os principais grupos (étnicos) para governar em nome do eleitorado e destes grupos (étnicos) em particular.

A diferença nos sistemas políticos entre Guiana e Suriname suscita a dúvida em saber se estes sistemas afetam a democracia e o desenvolvimento nestas sociedades. A tese central deste artigo é que, enquanto os sistemas políticos e as relações étnicas possam divergir na Guiana e no Suriname, essas sociedades enfrentam problemas constantes de democracia e de desenvolvimento, que não podem ser explicados pela “sociedade plural” e nem por modelos políticos relacionados ao consociativismo. Argumenta-se que o contexto interno e internacional de variáveis políticas combinadas com a evolução demográfica influenciam as relações étnicas e as perspectivas para democracia e para o desenvolvimento.

Consideramos que, nas sociedades Caribenhas, a dominação dos políticos da classe média e de seus laços de fisiologismo com o eleitorado de classe baixa é obtido e consolidado através de

arregimentação e coerção (Hintzen 1994). No contexto da teoria da modernização, a função de arregimentação é manter a ordem e a harmonia do sistema político. Isso poderia ser alcançado por meio de instituições estatais em mudança e de práticas democráticas, se necessário, no caso de uma mobilização e de tentativas em aumentar a participação de grupos de classe baixa, que poderiam ameaçar a ordem política existente.

Ao contrário do argumento de Hintzen, as práticas de controle e distribuição de recursos não estão restritos à classe mais baixa. O controle e a distribuição de recursos para garantir o apoio da classe média e até mesmo pelas elites é, por vezes, a regra, e indissociavelmente ligado ao clientelismo. A questão torna-se mais complexa quando a etnicidade é incluída no sistema de distribuição. Se a mobilização de uma participação crescente da classe mais baixa ou de grupos contra elite poderia ameaçar ou perturbar a ordem política existente, uma variedade de ações e instrumentos estão disponíveis, como a manobra eleitoral. Estes podem ser utilizados, se necessário, em estreita colaboração com os grupos locais de classe média no contexto das instituições do estado de mudança e de práticas democráticas. Estas dimensões internas, na interação com o ambiente internacional e do papel desempenhado por poderes regionais e coloniais, são assumidos para influenciar o contexto no qual um conjunto de políticas variáveis e de desenvolvimento surge em cada país.

Conforme a introdução, a primeira seção deste presente artigo explora as semelhanças e as diferenças entre a Guiana e o Suriname. A segunda seção aborda os fatores internos e externos que influenciaram a distribuição do poder político, a atuação política e relações étnicas. A terceira seção concentra-se nas ideologias políticas de diversidade. A quarta e última seção apresenta as conclusões em perspectiva comparada.

2. Semelhanças e diferenças

As semelhanças entre Guiana e Suriname estão enraizadas na história colonial destas sociedades. Isso se reflete na economia, na estrutura social, na composição étnica e na distribuição espacial da população. Ambos os países têm uma economia predominantemente baseada em recursos abertos (açúcar, arroz e ouro, na Guiana; bauxita, petróleo e ouro, no Suriname), com uma vulnerabilidade relativamente alta na economia de mercado internacional.

O desempenho econômico e equidade

A Guiana e o Suriname basicamente adotaram políticas econômicas semelhantes desde meados dos anos 1950. Neste período, a estratégia do “convite à industrialização” foi exercido, com ênfase na proteção, na importação de

capital e no papel de liderança das multinacionais. O papel do Estado era atrair investimentos de capital estrangeiro, garantindo uma boa infraestrutura e outros benefícios fiscais, econômicos e sociais para estabelecer um clima de investimento favorável. Intimamente relacionado à esta estratégia foram as políticas de desenvolvimento de recursos nacionalista. A expansão do setor de bauxita na Guiana e no Suriname contribuíram enormemente para o *boom* econômico na década de 1960 e início de 1970. Houve algumas diferenças nas políticas executadas desde os anos de 1970. A Guiana representou a opção radical de “Socialismo Cooperativo”, no contexto de um Estado autoritário. O Suriname, depois de adotar uma estratégia de *joint venture* desde 1969, mudou com a independência, em 1975, na direção de políticas mais intervencionistas do Estado até o final do regime militar, em 1987. Paradoxalmente, os modelos de desenvolvimento após a independência coincidiram com as políticas populistas, seguidas pela exclusão de amplos segmentos da população de participação política genuína (Thomas 1988: 72).

O índice de desenvolvimento humano (IDH) vai além do PIB como uma concepção ampla de bem estar e que fornece uma medida composta de três extensões: por uma vida longa e saudável (medida pela expectativa de vida), pela educação (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas no ensino) e por um padrão de vida digno (medido pela paridade do poder de compra, pelas parcerias público privadas, renda). O IDH do Suriname em 2007 era de 0.769 e da Guiana, 0.729, o que dá a esses países uma classificação de 97° e de 114° dos 182 países de acordo com dados abaixo (Tabela 1). De 2000 a 2007, o *ranking* dos países mostra uma diminuição do Suriname de 64° para o 97° e, da Guiana de 97° para 114°, o que coloca esses países em categoria inferior de desenvolvimento humano médio. O PIB per capita de 2,782 mil dólares para a Guiana e 7,813 mil dólares para o Suriname, em 2007, indica que existe uma diferença significativa entre os dois países. No entanto, como a Guiana tem melhores resultados em educação (medido pela alfabetização de adultos e de matrículas no ensino), o IDH global dos dois países é, no geral, idêntico.

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento do Suriname e da Guiana 2000-2007

Indicador	GUIANA 2000	GUIANA 2007	SURINAME 2000	SURINAME 2007
Valor do IDH	97 (0.708)	114 (0.729)	64 (0.757)	97 (0.769)
Expectativa de vida ao nascer (anos)	63	113 (66.5)	70.6	106 (68.8)
Taxa de alfabetização de adultos (% de 15 anos de idade acima)	98.5	-	94.0	68 (90.4)
Índice de escolaridade bruta combinada (%)	66 (em 1999)	45 (83.9)	82	86 (74.3)
PIB per capita (PPP em dolar americano)	3,963	127 (2,782)	3,799	86 (7,813)
Índice de pobreza humana (IPH-1)	16 (11.4)	48 (10.2)	-	46 (10.1)
Probabilidade de não sobrevivência até os 40 anos (%)	15.4	99 (12.8)	-	85 (10.0)
Taxa de analfabetismo de adultos (% de 15 anos de idade acima)	1.5		7.4	68 (9.6)
Pessoas que não usam fonte de água de qualidade (%)	6	54 (7)	5	61(8)
Crianças com subpeso de acordo com a idade (% menores de 5 anos)	12	73 (14)	3	71 (13)

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano em http://hdrstats.undp.org/en/countries/country_fact_sheets.

Em 1993, o índice de Gini era de 0.402 da Guiana e de 0.608 do Suriname. Este último, extremamente elevado, uma vez que era medido por meio de políticas de ajuste estrutural, que resultou em alto nível de pobreza e desigualdade naquele ano. Sete anos depois, em 2000, o Gini medido por instrumento idêntico diminuiu para 0.46 (Neri/Menke 2002), enquanto o Gini da Guiana aumentou para 0.62 (Tabela 2). No geral, a desigualdade econômica medida em termos do índice de Gini é alta, tanto na Guiana quanto no Suriname.

Na Guiana, o crescimento

per capita do produto interno bruto era relativamente alto entre 1991-1999, com taxa média de crescimento anual de 2.7 e 5.8, respectivamente (Tabela 3). Esse número é maior do que a média anual da América Latina e do Caribe, de 1.5%, durante 1991-1999. O Suriname fica atrás, com a média de crescimento no período de 0.2%. Em outro período, de 1970-1980, o crescimento do PIB *per capita* é mais elevado no Suriname, com a média de 5.1, contra apenas 0.1 da Guiana. Durante um longo período entre 1970-1999, o crescimento *per capita* em ambos os países apresenta ser volátil e não sustentável.

Tabela 2: A desigualdade econômica na Guiana e no Suriname

Período	Índice de Gini	
	Guiana	Suriname*
1993	0.402	0.608*
2000	0.62	0.46

Fonte: UNDP Human Development Report, 2002.

** Economic Survey of Latin America and the Caribbean, ECLAC, August 2000.

Preliminary overview of the Economies of Latin America and the Caribbean, ECLAC, August 1999.

*Neri & Menke, Sustainable Combat against Poverty in Surinam, UNDP 2002.

Duração média dos governos: entre parentesis excluído os governos militares.

Tabela 3: Taxas de crescimento *per capita* do PIB entre 1970-1999

País	1991-1999	1981-1990	1970-1980*
América Latina e Caribe	1.5	-1	
Guiana	5.8	-3.4	0.1
Suriname	0.2	-0.7	5.1

Fonte: Economic Survey of Latin America and the Caribbean, ECLAC, August 2000.

Preliminary overview of the Economies of Latin America and the Caribbean, ECLAC, 1999.

A estrutura social e econômica

A semelhança básica das estruturas econômicas no Suriname e na Guiana é a forte dependência dos recursos primários do Estado e das receitas de exportação e da contribuição para o PIB, uma situação que não muda desde os anos 50. Isso está relacionado com a alta vulnerabilidade das *commodities* primárias na economia global, especialmente desde a metade dos anos 80. A principal diferença é que a Guiana agora está mais dependente da agricultura (açúcar e arroz) e da mineração de ouro, tanto na contribuição do emprego quanto no PIB. No Suriname, a mineração e o processamento mantiveram sua importância, com a bauxita e o processamento sendo ainda o pilar da economia. Desde os anos 80 que o petróleo e a mineração de ouro tiveram uma grande contribuição para o PIB e divisas.

Uma diferença importante entre os dois países é o rápido declínio do sistema colonial de *plantation* no Suriname, se comparado com o da Guiana. Isto pode ser explicado pela posição inversa dos holandeses na área de inovações tecnológicas, e a falta de interesse da capital holandesa pelo Suriname vis-à-vis com melhores oportunidades de investimento na Indonésia, e outras colônias holandesas. Consequentemente, no Suriname, a parcela de assalaria-

dos da agricultura de grande escala diminuiu rapidamente entre a primeira e a segunda guerra mundial.

Apesar de algumas diferenças nas estruturas econômicas, os modelos de desenvolvimento e desempenho econômico, as economias do Suriname e da Guiana estão enfrentando problemas idênticos de um volátil crescimento econômico (Tabela 3) e alta desigualdade (Tabela 2).

Etnicidade

Outra característica comum da Guiana e do Suriname é a presença de dois grandes grupos étnicos: os indianos do Leste e os negros (Crioulo). Há também diferenças que remontam à história colonial. A primeira diferença é que o Suriname se destaca pelo maior número dos principais grupos étnicos (Tabela 4). Ao contrário da Guiana, há quatro principais grupos étnicos no Suriname: os crioulos, os descendentes de escravos africanos; indianos do Leste e os javaneses, descendentes dos trabalhadores contratados da Índia e da Indonésia, respectivamente: e os quilombolas (descendentes de escravos africanos fugitivos). Outra diferença diz respeito à composição étnica da população tribal. A Guiana tem uma maior proporção de indígenas, enquanto o Suriname tem uma maior diversidade de grupos tribais: além de povos indígenas, há um grande grupo de quilombolas.

Tabela 4: População do Suriname e Guiana por etnicidade em anos censitários

Grupo étnico	Guiana	Guiana	Suriname	Suriname
	1970	2002	1972	2004
Crioulo	32%	30%	31%	18%
Indiano do leste	51%	44%	38%	27%
Javanês	-	-	15%	15%
Quilombola	-	-	9%	15%
Misto	10%	17%	-	12%
Ameríndios	5%	9%	3%	4%
Branco / Português	0%	0%	-	-
Chinês	1%	0%	-	-
Outro	1%	-	4%	3%
Não sabe	0%	-	0%	6%
Porcentagem total	100%	100,0%	100%	100,0%
Absoluto total	699844	751223	379607	492829

Fonte: Relatório do Censo do Suriname, 1972 e 2004.
Relatório do Censo da Guiana, 1970 e 2002.

Outra diferença é que o Suriname carecia de um movimento sindical organizado e forte na primeira metade do século XX. As organizações religiosas e políticas e a classe média local lideravam o próprio governo e o sufrágio universal. As primeiras eleições gerais de 1949, com um grande número de partidos políticos disputando, refletiram na composição étnica, religiosa e social no Suriname. Isso difere da Guiana, onde o movimento operário constituía um fator crucial para o movimento político dos anos de 1940. Essas diferenças influenciaram a transferência de poder no processo de descolonização, os sistemas democráticos (herdados) e da distri-

buição do poder nos dois países serão examinados em seguida.

3. O Sistema político e distribuição de poder

Foi observado anteriormente que as clivagens de classe e etnicidade geralmente dão origem a pontos de vista opostos sobre os determinantes do poder e do comportamento político de grupos dominantes nas sociedades Caribenhas. Em um extremo, estão a abordagem sociedade plural e o modelo de democracia consociativa, ambos enfatizando o papel das instituições culturais e etnicidade. No outro extremo, estão

as abordagens baseadas na primazia de classe. Nesta seção, faremos uma abordagem integrada de classe e etnicidade na Guiana e no Suriname. O foco está em instrumentos internos e externos (estrangeiros) que determinam o poder político e sua distribuição. Vamos primeiro explorar os momentos importantes na transferência de poder no processo de descolonização. Em seguida, os dois países serão comparados pela manobra eleitoral, instabilidade étnica, representação étnica no setor público, a volatilidade eleitoral e a instabilidade política.

Transferência de poder

Há dois principais momentos sobre a transferência de poder, do poder colonial para os grupos dominantes locais na colônia. O primeiro diz respeito ao sistema eleitoral concebido e as eleições gerais subsequentes. O segundo momento refere-se à transferência de poder na independência política. Na independência política do Suriname e da Guiana resultou na transferência de poder para a classe média urbana de negros. No entanto, os países se diferenciaram no contexto político, dado nas estruturas sociais iniciais e nos movimentos políticos emergentes que antecederam a primeira eleição sob sufrágio. Na Guiana, houve uma conjunção de forças radicais, anticoloniais, que originou grupos de trabalho, de profissionais e de

intelectuais. Isso culminou em uma plataforma política (PAC). Foi seguido pela fundação do Partido Progressista Popular (PPP), um partido socialista multiétnico, sob a liderança de Jagan e Burnham. Depois que o PPP ganhou a primeira eleição geral em 1953, com base em um sistema eleitoral majoritário do tipo *Westminster*, uma combinação de fatores internos e externos influenciou acontecimentos e eventos até a independência política em 1966. A suspensão da Constituição em 1953 e a intervenção britânica com a atmosfera da “Guerra Fria” deram seguimento a uma ampla aliança subserviente contra o primeiro governo eleito e por tensões internas no PPP, que consistia em grupos locais de oposição - o PNC, UF, e sindicatos (TUC) - apoiados pelos EUA. Isso culminou em violência, com uma forte implicação étnica em 1963 e 1964. Os britânicos intervieram para restaurar a paz social e o sistema eleitoral foi alterado de majoritário para um sistema proporcional. Na eleição de 1964, apesar do novo sistema eleitoral, o PPP permaneceu como o maior partido e obteve 24 assentos, o PNC com 22 assentos e o UF, 7 assentos. O UF e o PNC formaram um governo de coalizão e a independência política foi alcançada em 1966.

A paisagem política inicial no Suriname difere da Guiana. Antes das primeiras eleições em 1949, os principais partidos políticos foram fundados sob uma forte

filiação étnica e/ou religiosa. Sob o ponto de vista interno da liderança política, sem ligações significativas nos movimentos de descolonização do mundo, garantiu um processo evolutivo de mudanças eleitorais e constitucionais até a independência. Os representantes mulatos da classe média, com o apoio do poder colonial, conceberam um sistema eleitoral para ganhar a primeira eleição geral e consolidar a sua posição nos estratos mais elevados da sociedade. A véspera da independência política do Suriname foi caracterizada por tensões étnicas. Isto foi acompanhado por conflitos trabalhistas, em especial pela classe média da burocracia estatal contra o Estado, e a emigração em massa dos Surinameses para a Holanda. O poder colonial da Holanda exerceu pressão para reconhecer a independência política do Suriname, causado pelo medo ao número crescente de imigrantes surinameses na Holanda e pela agitação política e trabalhista no Suriname. Em meio a estes acontecimentos da independência política em 1975, favoreceu a transferência de poder da liderança da classe média crioula, que, na época, detinha o poder político no governo.

Manobra Eleitoral

Os sistemas eleitorais na Guiana e no Suriname durante as primeiras eleições nacionais sob sufrágio universal foram, em grande parte, herdados das potências coloniais.

Outros fatores importantes foram também as relações políticas entre os grupos locais (étnicos, religiosos e/ou econômicos) e em especial a posição dos grupos dominantes que queriam manter ou adquirir poder. O Suriname introduziu um sistema majoritário que foi gradualmente substituído por um sistema de proporcionalidade. A Guiana herdou o modelo britânico do tipo *Westminster* baseado no sistema de eleição por maioria simples de voto. Este foi drasticamente substituído em 1964 por um sistema proporcional.

O salto da Guiana do sistema majoritário para o proporcional

A mudança drástica do sistema eleitoral, na véspera da independência política, torna a Guiana uma anomalia no Caribe anglófono. Após as primeiras eleições, em 1953, realizada no âmbito de um sistema de maioria, houve uma manobra, que foi resultante do sistema eleitoral com o objetivo de afetar as mudanças na distribuição de poder. Este foi o caso da introdução, em 1964, de um sistema proporcional, que foi apoiado pelos partidos da oposição e atores estrangeiros. Isso, no entanto, foi uma desvantagem para o PPP.

Entre a independência, em 1966, e a adoção de uma Constituição Socialista, em 1980, uma série de mudanças constitucionais formais foram implementadas. A Constituição da Independência de 1966 favo-

receu o governo do PNC no sistema eleitoral, devido tanto ao controle deste governo, que formalmente ce-
deu ao processo eleitoral, como tam-
bém devido a métodos não-legais. A
proclamação da República Coopera-
tivista da Guiana, em 1970, aumen-
tou a intervenção do Estado (James
e Lutchman 1984). A mudança cons-
titucional em 1974 declarou o PNC
como o supremo em todo o Estado.
A mudança constitucional mais pro-
funda entrou em vigor em 6 de outu-
bro de 1980, quando a Constituição
da independência de 1966 foi substi-
tuída por uma constituição socialis-
ta, seguida de eleições nacionais. A
alteração drástica do sistema eleito-
ral pode ser explicado no contexto
da teoria da modernização prevale-
cente, para conter a mobilização de
grupos revolucionários. Isto poderia
ser alcançado através da alteração
das instituições públicas e práticas
democráticas de tal forma que os
grupos ideologicamente indesejá-
veis não estivessem em condições
de perturbar o sistema. A manobra
deliberada do sistema eleitoral foi
resultado direto da existência de um
sistema multiétnico, partido mar-
xista anticolonial, afiliado predomi-
nantemente pelos indianos do leste
que logo teriam uma maioria demo-
gráfica absoluta no país. Na era da
“Guerra Fria”, isto foi considerado
uma ameaça para os interesses das
potências do Atlântico Norte.

Desde as eleições de 1992,
que marcaram o fim da hegemonia
do PNC, os partidos políticos esta-
vam muito mais envolvidos do que

antes no processo de reforma eleito-
ral. Nas eleições de 1997, o Comitê
Interpartidário da Reforma Eleitoral
(IPCER), o qual era representado por
quatro partidos no Parlamento, de-
sempenhou um papel importante e
tomou suas decisões em consenso e
compromisso (Caricom Audit Com-
mission 1998:15). Isso não minimiza
as tensões políticas e étnicas que con-
tinuaram após as eleições de 2001:

As duas eleições seguintes, em
1997 e 2001, produziram resul-
tados idênticos. Em cada caso,
surgiram dois problemas com o
propósito de desfigurar os resul-
tados. O primeiro, contrário ao da
confiança dos nacionalistas, nem
medos raciais nem inseguran-
ças étnicas tinham desaparecido.
Na verdade, eles parecem ter se
reafirmado com vigor renova-
do e temor. O segundo, mas não
inesperadamente, cada eleição
era marcada por uma violência
disseminada politicamente moti-
vada e racialmente direcionada.
As matérias tomaram um rumo
pior em 2002, quando uma fuga
de uma prisão urbana do país
em uma delegacia de polícia ace-
lერou uma insurgência armada
sob a bandeira da “resistência de
Buxton” que deixou o país em
um estado de “insurreição con-
tida”. As tensões aumentavam
ao mesmo tempo que a tempe-
ratura política atingia o ponto
de ebulição, quando foi revelado
que, pelo menos, um ministro
do Governo teve algum contato
com um dos bandidos, no mesmo
momento em que o “esquadrão
fantasma” publicamente conhe-
cido estava à solta. Era popular-
mente suspeito e acreditava-se
igualmente ter sido uma criação
do ministro que buscava conter
a insurgência, enquanto protegia
a comunidade indígena da vio-
lência africana (Thakur 2008:3-4)

A publicação dedicada à
consociativismo editada por Thakur
(2008) mostra um panorama de vá-

rias tentativas para soluções políticas de impasses políticos dos regimes do PNC e do PPP associados à raça/etnicidade.

O Suriname: evolução do sistema majoritário para o proporcional

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o projeto de um sistema eleitoral tornou-se um grande problema político para os partidos locais no Suriname. O partido de base rural dos Indianos do Leste e parte do Javaneses preferia um sistema proporcional. O sistema majoritário era o favorito da população urbana predominantemente mulatas e crioulas. Em última análise, um sistema majoritário foi introduzido em 1949. Após as primeiras eleições em 1949, o sistema majoritário foi mudando aos poucos, até que um sistema eleitoral proporcional regional fosse concluído em 1987, o qual foi acompanhado por uma reforma constitucional. As mudanças do sistema eleitoral, em 1963, 1967 e em 1987 foram momentos importantes de manobra eleitoral com o objetivo de influenciar processos sócio-políticos e da distribuição do poder antes das eleições.

As mudanças ocorreram em 1963 e 1967 nos anos áureos da *verbroederingspolitiek*, a versão do Suriname de “democracia consociativa”, com Jagernath Lachmon, líder do Indiano do Leste VHP, e o líder crioulo Jopie Pengel do NPS. A manobra eleitoral dos anos 60 pode ser explicada

como uma distribuição deliberada de poder no contexto do sistema consociativista. Estas mudanças ocorreram na véspera das eleições. Em 1963, a lei eleitoral foi alterada de tal modo que um sistema nacional proporcionado foi adicionado ao sistema majoritário regional. Isso foi feito para garantir assentos para os membros do tradicional VHP e NPS, no caso de perder as eleições nas áreas rurais que eram baseadas em um sistema majoritário (Sedney 1997). O sistema eleitoral mudou uma terceira vez em 1987. Isso ocorreu durante o processo de redemocratização, que foi acompanhado pela saída do regime militar e da reserva de poder estatal pelos militares e seu novo partido estabelecido (NDP), através do sistema eleitoral. O sistema eleitoral foi alterado de forma que o interior conquistou um número desproporcional maior de assentos em comparação aos das zonas eleitorais urbanas, o que era uma vantagem para o PDN.

Além da manobra deliberada do sistema eleitoral para favorecer os dois maiores grupos étnicos, os comitês dos indianos do Leste (particularmente os muçulmanos) e os chineses foram estabelecidos na estrutura do partido para garantir um amplo apoio eleitoral para o NPS. Outro mecanismo para assegurar o poder político era a pacificação do movimento operário. Pengel tornou-se o primeiro presidente do sindicato poderoso do *Moederbond*, que serviu de instrumento para a classe trabalhadora urbana no contexto da

democracia consociativa.

As relações étnicas

Democracia neste artigo é concebida como um sistema que é muito mais amplo do que o sistema parlamentar com suas trias políticas e um sistema eleitoral que garanta a equidade mínima pelo princípio “um homem um voto”. A concepção mais abrangente e substancial de democracia inclui a participação na tomada de decisão, na representação e numa justa distribuição de recursos escassos. Quanto à distribuição dos recursos refere-se tanto a produtos materiais (tais como habitação, trabalho, rendimento) quanto a produtos não-materiais (por exemplo, a lealdade, conhecimento e segurança). Quando o sistema de distribuição torna-se perverso, o jargão da Ciência Social trata como clientelismo ou do fisiologismo, que são institucionalizados nas democracias do Caribe. Um indicador frequentemente usado para a distribuição de recursos escassos entre os grupos étnicos é a sua representação no setor público em termos de emprego e de acesso ao ensino superior e bolsas de estudo.

A representação étnica

A ênfase na etnicidade em uma Guiana politicamente e socialmente polarizada reflete na composição étnica do setor público, e se tornou uma fonte importante de conflito.

(Bissessar 2002; Ferkiss 1971; Lutchman 1993). A representação do maior grupo numericamente de indianos do leste está evidente no setor público, incluindo as empresas públicas. Ao referir-se aos anos 1970 e 1980, Bissessar (2002: 509) observa que “o partido político no poder na Guiana naquela época não era somente controlar os recursos, mas também assegurar que, em todos os aspectos do Estado, incluindo a esfera econômica, fosse controlada e gerida pelos fiéis partidários.”

Ao contrário da Guiana, o Suriname mostra uma evolução no sentido de uma distribuição étnica mais representativa nos diversos escalões do setor público (Menke, 2002). Desde a primeira eleição, em 1949, a representação dos três principais grupos étnicos do Parlamento e do Conselho de Ministros melhorou consideravelmente e chegou a um ponto em que este se assemelhava mais ou menos com a distribuição étnica da sociedade. O regime mudou em 1980 e 1987 e a volatilidade eleitoral resultante e as mudanças políticas no Estado pós-militar do Suriname (1988-2001) influenciaram a representação de grupos étnicos em altos cargos do setor público, o que reflete mais ou menos a composição étnica na sociedade como um todo.

No Suriname, com a tradição de um sistema multipartidário, um *estado étnico* surgiu, baseado na distribuição de recursos nas fileiras étnicas, que incluía ministros, a nomeação de soldados rasos e a organi-

zação dos funcionários públicos. Isto resultou em um período, cerca de 50 anos, com um padrão de trabalho em que alguns dos departamentos eram dominados por empregados de um determinado grupo étnico. Isso difere da Guiana com os governos de característica de 'gabinete', no qual o partido da maioria domina tanto o Gabinete quanto o Parlamento (Bissessar 2002). Além disso, a retenção do poder do Estado na Guiana, por um governo com um período de 28 anos, o PNC, 1964-1992, resultou nos setores públicos tornando-se alinhados aos partidos do governo e sua filiação étnica.

A instabilidade étnica

Ao lidar com o conflito étnico se deve ter cuidado para não cair no determinismo étnico e estar ciente de que, historicamente, as relações étnicas entre índios e negros não foram moldadas por fatores culturais e étnicos como tal. De maior importância é o contexto no qual um conjunto de variáveis políticas surgiam e que afetavam as relações entre estes grupos. Isto é ilustrado na Guiana:

Embora os plantadores quisessem explorar as diferenças raciais, nenhum dos confrontos africano-indígenas do século XIX chegou nem perto de violência em larga escala comunitária. Isso é questão crucial, quando se considera que, em várias ocasiões, a violência comunal envolvia os imigrantes crioulos africanos e portugueses (Rodney, 1981: 188).

A Guiana e o Suriname têm em comum a experiência em tensões étnicas ou em conflitos, na véspera da independência. A Guiana teve o conflito étnico mais violento, enquanto controvérsias no Suriname eram realizadas antes do Dia da Independência. Ao contrário do Suriname com a sua relativa harmonia étnica, a Guiana é caracterizada por suportar as tensões étnicas no período pós-independência. Qual a explicação para essas diferenças? O sistema de governo não majoritário do Suriname influencia positivamente uma distribuição representativa de recursos nas fileiras étnicas, o que não é o caso na Guiana. O sistema de governo da distribuição dos recursos pode ser um, mas não é o único fator que influencia a instabilidade étnica. É preciso também levar em conta os processos socioeconômicos diferentes e o contexto internacional. Isso vale em especial para a Guiana, onde o ambiente internacional da Guerra Fria estava em conflito com o movimento radical anticolonial local, que por sua vez afetou o conjunto de variáveis políticas com um impacto negativo sobre as relações étnicas. O movimento político anticolonial neste país, que se originou a partir de um movimento sindical forte, evoluiu para um ambiente de Guerra Fria internacional. Isso culminou em várias intervenções estrangeiras e influenciou o contexto de variáveis políticas que determinou a divisão do partido em meados de 1950 e a violência étnica entre os indianos do

leste e negros, na década de 1960.

No Suriname, a existência de muitos partidos políticos com base na origem étnica e religiosa, com um foco local da liderança, era um movimento caracterizado, em vez de um anticolonial radical. De 1958-1967, o poder do Estado chegou nas mãos do líder crioulo de pele escura e de classe média dos indianos do leste, que introduziu o “*verbroederingspolitiek*”. Esta é a versão da democracia consociativa do Suriname, que provavelmente contribuiu para a harmonia étnica. Embora muito menos grave do que na Guiana, a instabilidade étnica no Suriname ocorreu na década de 1970, durante e após os indianos do leste dominarem o governo VHP-PNP (1969-1973). Os fracos resultados da estratégia de desenvolvimento adotado, deu origem a conflitos de classe contra o Estado, especialmente nas camadas médias e inferiores de funcionários públicos, que na maioria eram crioulos. É por isso que os conflitos tiveram um tom étnico, um protesto dos crioulos contra a “dominação” percebida pelos indianos. Desde a sua independência, em 1975, o Suriname não apresentou nenhum conflito étnico entre os seus principais grupos.

A volatilidade eleitoral

A volatilidade eleitoral deve ser claramente distinguida da instabilidade política. A volatilidade eleitoral está preocupada com o aumento ou a diminuição da proporção de votos, se relacionada com os resultados eleitorais anteriores. Isto é medido pelo índice de volatilidade,

que varia de 0 a 100. A Guiana tem a menor volatilidade eleitoral. O baixo índice de volatilidade eleitoral da Guiana (5.7 no período entre 1953-1997) pode ser explicado pela polarização dos eleitores em dois campos étnicos com distribuição constante do eleitorado pela etnicidade. A alta volatilidade eleitoral de 40.1 foi registrada a partir de 1964-1980. Isto é devido ao crescimento do autoritarismo na década de 1970, culminando com o plebiscito “às vistas” em 1978 e com o boicote resultante das eleições de 1980 pela maioria dos partidos de oposição.

O índice de volatilidade total de 36 no Suriname, com base nos resultados de 13 eleições de 1949-2000, é elevado quando comparado com o da Guiana. No Suriname, o período de menor volatilidade é entre 1973-1987, com índice de 5. Neste período, os partidos políticos tradicionais obtiveram sua maior proporção de votos na história. A maior volatilidade eleitoral de 45.4 foi registrada no período de 1987-1996. A eleição de 1996 foi a primeira em que os partidos tradicionais ganharam menos de 50% dos votos.

A influência estrangeira nas eleições veio especialmente das potências coloniais ou dos Estados Unidos, para impedir mudanças políticas radicais ou experimentos. Isso ocorreu nos anos 1950 e início dos anos 1960 na Guiana. Para evitar que o PPP mantivesse o poder político, o governo colonial britânico influenciou decisivamente a manobra eleitoral relacionada às eleições de 1964, enquanto os EUA também in-

fluenciaram o clima social e político destas eleições na véspera da independência política.

3.9 A instabilidade política

A instabilidade política, um conceito mais amplo do que a da volatilidade eleitoral, está muito mais relacionada ao comportamento e desempenho dos governos.

Lijphart argumenta que os governos de maioria simples de partido são mais duráveis e dominantes do que governos de coalizão (Lijphart, 1984; 1999). Segundo os teóricos da coalizão, um governo que está a mais tempo no poder é mais provável ser dominante vis-à-vis do poder legislativo, enquanto um governo de curta duração é

entendido como relativamente fraco. A durabilidade do governo também é considerada um indicador para a estabilidade do regime, uma vez que os governos de curta duração tomam por certo ter menos tempo para desenvolver políticas coerentes e eficazes na elaboração de políticas (ibid 1999: 129).

A duração do governo a partir da primeira eleição geral até 2002 confirma a hipótese de Lijphart, de que os governos majoritários de partido único - a Guiana - são mais duráveis. O Suriname tem a menor duração dos governos com uma média de 3.4 anos, enquanto no período militar (1980-1987) não era levado em conta, o que é mais baixo do que o da Guiana (3.9). Quando o período militar foi levado em conta, a dura-

Tabela 5: Indicadores de estabilidade política na Guiana e Suriname das primeiras eleições até 2010

Indicadores	Guiana	Suriname
Mudança de regime	1953 1964 1992	1980 1987 1990 1991
Duração média dos governos	3.9	3.4* (2.5)**
Mudança inicial de governo: desenvolvimentos internos	2001	1951 1958 1963 1967 1991 1999
Mudança inicial de governo: influências externas	1953 1964	

*duração do governo nas primeiras eleições.

**incluindo período militar 1980-1987.

ção média era menor em até 2.5 anos no período de 1949-2001 (Tabela 5). A mudança de regime do civil para o militar, em 1980, resultou em uma menor duração dos governos. Durante o regime militar (1980-1987), a duração média dos governos não ultrapassava um ano.

Para comparar os países, incluímos dois indicadores. O primeiro é a variação antecipada ou a queda de um governo, devido à acontecimentos internos, e o segundo é a mudança precoce do governo devido a influências externas (Tabela 5). Ao perceber as razões para a mudança de governo ou regime, pode-se entender melhor a estabilidade do sistema parlamentar e seu desempenho. Entre os acontecimentos mais importantes que resultaram na queda ou na alteração precoce dos governos dos dois países estão a crise de gabinete interno, pressão extraparlamentar, a morte do líder de um gabinete (Guiana 2001) e golpe militar (Suriname 1990). Entre as influências externas mais importantes que resultaram na queda do governo estão o golpe militar (Suriname em 1980) e a intervenção estrangeira (Guiana em 1953 e 1964). A comparação geral da estabilidade política indica que o Suriname parece ter uma maior instabilidade, que se reflete nas mudanças de regime e as mudanças frequentes no início dos governos.

As frequentes mudanças de governos ou regimes podem ter um

impacto negativo no desempenho em termos de alcançar os objetivos de política formulados ou pretendidos. O Suriname teve experiência em dois turnos com regimes militares (1980-1987 e 1990-1991), caracterizado por um período muito curto de governos. No entanto, os governos civis anteriores ao regime militar também foram relativamente curtos. Uma razão importante foi a crise interna dentro de muitos dos governos de coalizão que levaram à queda precoce destes governos. Isso ocorreu, entre outros, em 1951, 1958 e 1963. Outra razão para a menor duração dos governos é a oposição extraparlamentar ou protesto social contra o governo no poder. O Suriname experimentou duas vezes a oposição extraparlamentar, provocado por graves problemas socioeconômicos internos que levaram à queda do governo: em 1967, e em 1999. Este foi também o caso da Guiana, durante os anos 60. No entanto, a participação estrangeira na violência política era evidente e interagiu com problemas sociopolíticos internos, resultando na queda do governo do PPP em 1964.

A longa duração dos governos é característica de regimes ou partidos que dominam a história parlamentar. No caso da Guiana, houve duas mudanças de regime: uma em 1964 e a outra em 1992. O primeiro foi o regime do PNC que operava em um ambiente bipolar

político, tanto internamente - em termos de polarização ideológica - e externamente - em termos de Guerra Fria. Comparado com o Suriname, a influência estrangeira foi decisiva.

Isso leva-nos a última questão no envolvimento estrangeiro, particularmente as intervenções militares e encobertas que influenciaram a instabilidade política, nas quais, em alguns casos, influenciaram decisivamente a queda do governo ou do regime. O envolvimento estrangeiro em eventos políticos na Guiana foi evidente em 1953 e durante os anos 1960 e, na década de 1980, no Suriname, que levou à queda do regime existente, em vez do governo (Tabela 6). No Suriname, a participação estrangeira foi evidente tanto na retomada dos militares em 1980, quanto no tumulto social em 1982 e, em 1986, na guerra da selva antes da retirada do regime militar em 1987.

4. As Ideologias políticas de pluralidade

Este tópico aborda as ideologias de pluralidade com conotações negativas e positivas. O consociativismo é uma das ideologias políticas mais populares que afasta a conotação negativa da etnicidade e busca soluções para o pluralismo político com base em princípios étnicos, linguísticos ou religiosos. O Consociativismo (Lijphart, 1984) refere-se a um sistema multipartidário de eleições livres e secretas com base em um princípio de proporcionalidade no sistema eleitoral e formação de coalizão e de partilha de poder entre as elites dos partidos com base na afiliação étnica. O ponto de partida de Lijphart é que nos países recém independentes, com profundas clivagens étnicas e outras, precisam de outras normas constitucionais e políticas, em vez de uma cópia da antiga potência colonial. De acordo com seu ponto de vista, os interes-

Tabela 6: Presença militar estrangeira e intervenções implícitas na Guiana e no Suriname 1953-1986

Intervenções		Tipo / fonte das intervenções estrangeiras				
País	Ano	Privado / mercenário	Britânico	Americano	Holandês	outros
Guiana	1953 1963/64		x x	x		
Suriname	1980 1982 1986	x x		x	x x	

Fonte: Compilação de Mars (1998) e Menke (1991) dos dados do Suriname.

ses e demandas dos diversos grupos nestas sociedades profundamente divididas assim chamadas podem ser atendidas apenas, no estabelecimento de poderes, compartilhando regras e instituições. O modelo de Consociativismo de Lijphart consiste em quatro elementos inter-relacionados: a grande coalizão; a proporcionalidade, a autonomia segmentar, e o veto da minoria. A grande coalizão refere-se ao elemento de uma grande coligação de líderes políticos dos mais importantes segmentos da sociedade. A proporcionalidade é considerada o padrão básico da representação política, as nomeações no setor público e a alocação de recursos públicos e de fundos. A autonomia segmentar relaciona-se com o elevado grau de autonomia nos segmentos individuais da coalizão para executar seus próprios assuntos. Finalmente, o veto da minoria refere-se à tomada de decisão em veto mútuo para garantir que as minorias sejam capazes de prevenir as imposições inaceitáveis sobre eles. Lijphart desenvolveu o conceito de “democracia consociativa” particularmente no contexto das democracias nos países mais desenvolvidos e os países da Ásia e da África.

As primeiras eleições na Guiana foram realizadas em 1953, que resultaram em um regime marxista que, pela suspensão da Constituição, foi imediatamente rejeitado pelo poder colonial britânico. Depois, um sistema político majoritário polarizado evoluiu. Ao contrário da Guiana, no Suriname, após as primeiras eleições

gerais, em 1949, emergiu um sistema político que era conhecido como ‘*verbroederingspolitiek*’, uma variante do consociativismo do Caribe. No entanto, independentemente do sistema político majoritário no consociativismo da Guiana e do Suriname, a prática do *apanjaht* consolidou-se em ambos os países. *Apanjah* refere-se “a prática de partidos políticos de base étnica agindo sob o preconceito, o medo, e/ou os interesses comuns para ganhar apoio”. Dew define *Apanjaht* como “a prática do voto em nome da sua própria raça, do seu próprio grupo” (Dew 1990; Ragoonath 1998). A próxima revisão crítica é feita a partir da variante do consociativismo do Suriname e o debate sobre o consociativismo na Guiana, um país que até hoje tem um sistema político majoritário.

O consociativismo do Suriname

Dew (1979) fez uma análise do consociativismo do Suriname. Ele acredita que a condição principal para a existência de uma democracia consociativa é a consciência das elites dos diferentes grupos étnicos de uma situação possivelmente explosiva, para só então eles estarem dispostos à cooperação política e compromissos. Diferentemente da maioria dos outros países, a espinha dorsal do consociativismo do Suriname é formada pelas relações informais entre os líderes das elites mais importantes, em particular o crioulo e indianos do Leste. Esta é conside-

rada uma das causas da instabilidade política no Suriname, que é referido como anti-consociativismo (*Ibid*).

Muitos estudiosos (Dew, 1978; Hoppe 1978; DeSales Affigne 1997) associam *apanjaht* a uma conotação negativa. Dew examinou o período de florescimento do 'apanjaht' e argumenta que a percepção geral do crescimento e a melhoria do bem-estar no Suriname, em conjunto com a liderança marcante dos três principais partidos políticos de base étnica (VHP, KTPI, NPS), funcionou com o consociativismo do 'apanjaht' em nível pós e pré-eleitoral, durante quase vinte anos. Isso é considerado notável "tendo em vista os medos populares e a hostilidade entre os grupos registrados na época" (Dew, 1978). Finalmente, Dew dá uma conotação negativa para *apanjaht* uma vez que ele incentiva o extremismo de dois tipos: "leilões étnicos" (por líderes rivais em seu próprio grupo que rejeitam as promessas necessárias para a partilha de poder)" e a utopia anti-*apanjaht* (que tenta usar a ideologia como um meio de transcender o provincianismo cultural)" (*Ibid*: 194). De acordo com Dew, esta política é condenada por alimentar um 'nós contra eles', um conjunto de identificações de grupo que consideramos contraproducentes para a identidade nacional e para desenvolvimentos nacionais (Dew 1990:192). A conotação positiva associada ao *apanjaht* é que ele pode servir como um meio de mobilização política e de

fonte de liberalização social (emancipação) das elites que anteriormente eram deslocadas.

No mesmo sentido de Edward Dew, DeSales Affigne (1997) também dá ao *apanjaht* uma conotação negativa referindo-se aos três principais e mais antigos partidos políticos do Suriname, o NPS, VHP e KTPI, com seus respectivos adeptos crioulos, de origem indiana e da Indonésia. Ele aponta para a limitação do *apanjaht*, ou seja, para os impasses contínuos dos frágeis governos de coalizão liderados pelas elites étnicas de diferentes partidos políticos. Segundo DeSales Affigne, era previsível que a coalizão de governo caísse, com o seu ganho marginal nas eleições de 1996, por causa da frágil base eleitoral e política. Por esta razão, os partidos de oposição liderados pelo *Nationale Democratische Partij* (NDP) que surgiu a partir dos líderes militares do regime militar, teve a oportunidade de formar um governo.

As discussões sobre o consociativismo do *apanjaht* ensinam que a etnicidade é utilizada em conotação negativa, como uma construção ideológica das elites políticas dos diferentes grupos étnicos que se justifica por uma representação política elitista de uma "sociedade plural". O argumento utilizado para justificar a cooperação política entre as elites étnicas (consociativismo) é a alegada situação social explosiva que, no pior caso, pode resultar em conflitos étnicos. Apesar das limitações do consociativismo, vários estudiosos (Dew 1978; Hoppe 1978; DeSales

Affigne 1997) justificam o *apanjaht* para evitar esta situação explosiva e alguns até mesmo enfatizam a conotação positiva como meio de mobilização política e de emancipação das elites étnicas. Isto confirma que consociativismo é uma ideologia que subjaz a uma construção de práticas políticas, legitimando a delegação de poder do povo para as elites dos diferentes grupos étnicos, que, em nome dos grupos, autoriza-se a negociar a partilha de poder necessário.

Em resposta a “crioulização” afro-europeia e o nacionalismo afro-cultural (Mashall 1999) expoentes, os indianos do leste no Suriname introduziram um discurso específico de “Unidade na Diversidade”, na década de 1950 (Adhin 1957). Tal discurso foi construído para se opor ao nacionalismo cultural crioulo, e de tentativas no sentido de miscigenação cultural (como crioulização). A “unidade na diversidade” visa respeitar mutuamente as suas culturas e criar uma forma de diversidade harmoniosa na sociedade surinamesa sob a condição de não-miscigenação de culturas:

Em nossa opinião, o problema cultural do Suriname não pode ser resolvido por uma unicidade de religião e cultura, o que só vai acabar na pobreza cultural (...) A diversidade se não for apoiada por uma unidade mais profunda é o símbolo de vivacidade e vitalidade; uniformidade é o símbolo de problemas e tem sido mortal. Vários tons devem harmoniosamente amalgamar uma doce me-

lodia de som, mas os tons individuais ainda devem permanecer perceptíveis e distinguíveis, em vez de separá-los (Adhin 1957).

A ideologia implícita da “unidade na diversidade” tornou-se um elemento na filosofia do maior partido político indiano do leste (VHP), e foi incorporada ao “*verbroederingspolitiek*”, a política de consociativismo e de confraternização entre os grandes partidos políticos crioulos e indianos. No entanto, na prática, a política da diversidade foi conseguida, sem uma unidade. Consequentemente, surgiu uma representação elitista ideológica da “sociedade plural”. Esta ideologia justifica a cooperação política entre as elites étnicas (consociativismo) como a única garantia para a estabilidade política, em vez de “unidade na diversidade”. Esta foi uma forma de assegurar uma ampla base eleitoral dos próprios partidários étnicos. Assim, no final, o *verbroederingspolitiek* evoluiu para uma cultura eleitoral que permitiu que as elites étnicas expropriassem o poder de seu eleitorado (étnico) após as eleições.

Ao contrário daqueles que dão um significado negativo ao *apanjaht*, a antropóloga brasileira Maria Stela de Campos França (2004) usa esse termo em conotação positiva e uma ampla estrutura conceitual. Ela considera *apanjaht* uma expressão ideológica da representação de uma sociedade plural, que subjaz a construção de modelos de práticas democráticas e de organização social

(consociativismo), legitimando simbolicamente a organização do poder político, bem como a afirmação da identidade de diferentes grupos étnico-culturais. Em sua opinião “o *apanjaht* é uma ideologia que legitima o reconhecimento de diferenças étnico-culturais, ao mesmo tempo em que os afirma de forma igualitária.” (França 2004: 8). França rompe com a conotação negativa da “sociedade plural”, que considera a diversidade étnica ser uma fonte de tensões e de conflitos. Ao contrário, ela assume que o reconhecimento social e democrático de grupos étnicos e o equilíbrio imaginado entre estes grupos são positivos para a sociedade (Ibid: 147).

Embora França acrescente uma nova perspectiva sobre a pluralidade da sociedade surinamesa, há, pois, algumas limitações. Primeiro, ela considera equivocadamente a falta de tradições de uma nação homogênea uma fase inicial do desenvolvimento do Estado-nação e confunde os termos nação e estado, quando ela afirma:

O país não parece ter inventado tradições que fundamentam uma nação homogênea, o que pode ser interpretado como um estágio inicial de desenvolvimento do Estado-nação e como uma forma particular de conceber o Estado-nação, que enfatiza, por meio do dinamismo simbólico do *apanjaht*, a agregação de diferentes grupos, preservando suas fronteiras etno-culturais. (França de Campos, 2004).

A autora não percebe que, ao

contrário das sociedades da Europa Ocidental, o estado (colonial) do Suriname precedeu a nação e foi criado historicamente antes de inserir-se aos diferentes grupos étnicos na sociedade.

Em segundo lugar, França não faz uma distinção clara entre o Estado e a sociedade como unidades de análise. Este é um problema, se quisermos obter mais conhecimento em processos de construção da nação iniciados pelo Estado e os processos de criação de nação iniciados pela sociedade e abordar as diferenças entre *apanjaht* na política e *apanjaht* na sociedade. Se de acordo com o *apanjaht* de França agrega as diferenças culturais entre grupos étnicos harmoniosamente no nível da sociedade - o que deve resultar de uma verdadeira comunidade humana (criação da nação) - a questão é saber se isso é verdade também ao nível da política e do Estado (construção da nação). A este respeito, foi argumentado antes que o *apanjaht* na política centra-se no reconhecimento democrático e no equilíbrio imaginado entre as elites dos respectivos grupos étnicos, ao invés do reconhecimento social e democrático desses grupos étnicos na sociedade e do seu imaginado equilíbrio. A seguir, vou ilustrar este ponto, observando a mobilização política na prática.

A mobilização política no Suriname

Um estudo sobre a mobilização política antes das eleições de 2005 no Suriname dá uma visão das construções ideológicas da etnia e

da nação pelas elites políticas dos diferentes partidos. Dependendo do contexto ou situação, essas elites usam o *apanjaht* em um sentido negativo, com o objetivo de adquirir o apoio eleitoral de suas próprias bases étnicas. A mobilização política das eleições de 2005 é ilustrativa para abordar elementos do *apanjaht* com positivos, assim como uma conotação negativa da diversidade. O *Apanjaht* como uma ideologia de pluralidade de conotação positiva torna-se evidente nas orações religiosas, nos tradicionais vestidos culturais, nos costumes alimentares, na música e nos provérbios. Por meio dessas expressões, alguns partidos políticos tentaram demonstrar o equilíbrio e o respeito mútuo entre culturas diferentes. Os fragmentos a seguir são ilustrativos.

O Partido Nacional Democrático (NDP) fez algumas reuniões com meninas de diferentes etnicidades em um palco, vestidas com roupas tradicionais de seus grupos étnicos. Este partido demonstra um nacionalismo anticolonial forte, muitas vezes citando o livro *Wij Slaven van Suriname* (Nós, os escravos do Suriname) de Anton de Kon, um surinamês lutador pela libertação anticolonial. É notável que o NDP - analogamente à ideologia positiva do *apanjaht* - foi capaz de mobilizar diferentes grupos étnicos e expor atributos culturais dos grupos étnicos, enquanto que, ao mesmo tempo, expressa um nacionalismo anticolonial forte durante a reunião. Esta co-

existência de *apanjaht* e nacionalismo está em direção oposta a concepção de *apanjaht* de França (2004) que afirma que o nacionalismo e o *apanjaht* são ideologias opostas.

O *Nieuw Front* - uma combinação política de quatro partidos tradicionais, que são fortemente associados a um grupo étnico específico - deu início, em muitas vezes, nas importantes reuniões em massa com uma oração do líder religioso que representava sucessivamente o hinduísmo, islamismo e cristianismo. Outra expressão do *apanjaht* como ideologia positiva é a imagem de Ram Sardjoe, presidente do VHP, um partido afiliado aos indianos:

Essas diferentes cores do *New Front* representam o jardim de flor de Lachmon. Pendurar as bandeiras em conjunto é mais bonito do que separadas.

O Partido Nacional Democrático (NDP), bem como outros partidos, usou a mesma metáfora de um jardim de flores que reflete todos os grupos étnicos.

Em comícios realizados separadamente pelos partidos individuais da *Nieuw Front*, o *apanjaht* como uma ideologia de diversidade foi abordado alternadamente em conotação negativa ou positiva, dependendo do contexto e situação. Um exemplo de uma conotação positiva é a observação do mestre de cerimônias de um comício do VHP no distrito Commewijne:

Um líder é apenas um líder, se as pessoas realmente o apoiam. Temos que levar em conta as diferentes culturas, valores e padrões, partidos diferentes e sistemas de crenças religiosas. Precisamos nutrí-los e baseado nisso temos que escolher um caminho para trazer o progresso para a unidade do país.

Alguns partidos individuais do *Nieuw Front* apresentavam o *apanjaht* como uma ideologia de diversidade com uma conotação negativa. Isso não foi demonstrado apenas por líderes políticos, mas às vezes também por líderes religiosos. Ilustrativo é um Pandit (sacerdote) que fez uma oração para o sucesso do VHP, com as seguintes palavras:

Graças ao partido mantivemos nossa cultura. Não deixe que este partido se enfraqueça. A unidade significa poder. Nem tudo pode ser percebido e você não pode dizer tudo dentro do combinado (referindo-se à combinação de quatro partidos étnicos), mas você deve proteger sua própria religião e cultura, e ser paciente. Devemos apoiar este partido e nós não queremos ser oprimido. Que o partido fortaleça!

Parece que os tradicionais partidos políticos mono-étnicos em particular usam o *apanjaht* como uma ideologia de diversidade alternadamente no sentido negativo e positivo, dependendo do contexto político e da composição do eleitorado na reunião de massa. Assim, o *apanjaht* é uma ideologia que estabelece os grupos étnicos das elites (ét-

nicas). Essas elites autorizam-se ideologicamente e de fato (nas eleições) para negociar em nome dos grupos étnicos e para tomar decisões sobre a distribuição e alocação dos recursos sociais e econômicos. O multiétnico NDP, por outro lado, aborda com mais frequência o *apanjaht* como uma ideologia de pluralidade com conotação positiva, por meio de expressões culturais, para demonstrar a igualdade adquirida e o respeito mútuo entre culturas diferentes.

O debate sobre consociativismo na Guiana

O sistema político da Guiana tem suas raízes no modelo britânico de Westminster de democracia que se baseia na regra da maioria. Este modelo é composto por nove elementos inter-relacionados (Lijphart 1984): a concentração do poder executivo, em ministérios de um partido e maioria simples; o bicameralismo; o sistema de dois partidos; o sistema partidário unidimensional, que difere os dois partidos das políticas ideológicas ou socioeconômicas; o sistema de eleições “por maioria simples de voto”; governo unitário e centralizado; constituição não escrita e soberania parlamentar, e uma democracia exclusivamente representativa.

O modelo de Westminster pode ser resumido como um sistema de eleições livres e justas, com a livre concorrência entre os partidos

políticos para alcançar a maioria dos votos do eleitorado, o que dará direito a parte vencedora governar em nome de todos eleitores na sociedade em questão. Ryan (1999) menciona os pressupostos básicos do modelo de Westminster:

- Uma sociedade homogênea na qual os valores básicos, códigos e mitos são amplamente compartilhados;

- Ajustes no sistema pode ser apenas marginais, quando são acordados com os princípios fundamentais, o que significa também que não há espaço para a oposição violenta ou clivagens subculturais;

- Um local de mercado político que é aceito pelos atores políticos como a única arena legítima para alcançar uma quota de mercado;

- Funcionários públicos devem compartilhar a mesma classe social bem como noções de interesse público.

Lijphart admite explicitamente que o modelo de Westminster majoritário é especialmente adequado para as sociedades homogêneas. Este modelo tem sido amplamente criticado no Caribe pela falta de condições fundamentais nestas democracias. A regra é o princípio “por maioria simples de voto” no sistema democrático de Westminster.

O conceito de ‘democracia consociativa’ foi desenvolvido em oposição à democracia majoritária. Um pressuposto fundamental é que não há mais a democracia - em termos de qualidade, estabilidade social e resultados de políticas públicas - do que o princípio padrão majoritá-

rio. O consociativismo se tornou um problema desde o confronto social e étnico dos anos 60 na Guiana. Há três fontes e tipos de atores no debate sobre consociativismo na Guiana: partidos políticos, particularmente o PPP e PNC, os principais partidos políticos baseados nas etnias, organizações acadêmicas e da sociedade civil e do Caricom. A natureza e o contexto de várias propostas e debates até 2004 serão discutidas a seguir.

Os partidos políticos e o Caricom

O debate sobre a democracia consociativa na Guiana começou no PNC antes das eleições de 1961, que precederam a primeira série de explosão étnica onde os dois grandes grupos de negros e indianos do leste estavam envolvidos (Thakur 2008:19). A questão foi levantada por EUSI Kwayana, membro do PNC, o partido no qual predominavam os filiados negros. Burnham, o líder do PNC, que concordou com o Jagan, o líder do indiano do leste baseado no PPP, que foi o vencedor das eleições, e lideraria a delegação de independência até Londres a fim de discutir a transferência de poder com o governo recém eleito. Kwayana acreditou na confiança de Burnham em ganhar as eleições, dada as composições étnicas com a maioria dos indianos e as crescentes tensões. É por isso que ele recomendou que as “cabeças alternadas do estado entre o PPP e PNC, qualquer que fosse o resultado eleitoral, caso falhasse essa

divisão do país em zonas étnicas que garantisse a lisura e a segurança em cada segmento” (Ibid). Kwayana foi expulso do partido por ter sido considerado uma heresia política.

Assim, Kwayana iniciou o debate sobre a argumentação do consociativismo em que a composição étnica e aritmética, e o resultado das eleições em um sistema majoritário do tipo “o vencedor leva tudo”, não poderia produzir um clima político estável na sociedade. Ele fez um apelo no sentido de propor uma acomodação institucional e proteção, como a única maneira de proteger os interesses de todos os grupos étnicos.

O PPP, que se tornou um importante partido de oposição em 1964-1992, produziu três propostas importantes sobre a democracia consociativa na Guiana: em 1964, 1977 e em 2003. As propostas de 1964 e 1977 são as mais interessantes uma vez que elas foram iniciadas no contexto de uma sociedade altamente polarizada e dividida em um contexto da Guerra Fria, caracterizada por vários patrocinadores estrangeiros em ações que transformaram em desestabilização, tais como greves e agitações sociais (Jagan 1997). A proposta de 1964 foi escrita pelo *Premier* Jagan, líder do PPP, que buscava uma alternativa para a nova eleição que lhe foi imposta pelo poder colonial, para ocorrer em dezembro de 1964, de acordo com a mudança do sistema eleitoral”, por

maioria simples de voto”, para representação proporcional (PR). A proposta incluía, entre outras, uma ampla coalizão de paridade no governo nacional para o PNC e o PPP no gabinete e nos conselhos das corporações, e equilíbrio racial na polícia. No entanto, o governo de coalizão não se encaixava no cenário de grupos de oposição e no apoio colonial. A eleição de 1964, com base em um sistema eleitoral, mudou de “maioria simples de voto” para representação proporcional, e é um exemplo de manobra eleitoral do poder colonial, o Reino Unido, aritmeticamente produziria um resultado vantajoso da oposição PNC/UF.

A proposta de 1977 para um Governo da Frente Nacional ocorreu no contexto da Guerra Fria e da crise política nacional e econômica como resultado do governo PNC, que evoluiu para um regime autoritário. O contexto da Guerra Fria foi reforçado por causa da crescente agressividade dos Estados Unidos como uma resposta para os regimes marxistas e movimentos na América Latina (Chile, Nicarágua) e no Caribe (Cuba).

A terceira proposta do PPP, em 2003, *para uma melhor governança na Guiana*, surgiu a partir do diálogo iniciado pela intervenção do Caricom, em 1998, após violência seguida das eleições de 1997, e que resultou no Acordo de Herdmans-ton (Ibid:29-30). O documento do PPP foi uma resposta à proposta do

PNC, *Governança Compartilhada*.

Outra proposta em direção ao consociativismo e além veio da Aliança Popular dos Trabalhadores (WPA), um partido político fundado no início de 1970 e liderado por Walter Rodney. Em 1979, este partido formulou o governo da Frente Patriótica Nacional, um programa abrangente, com princípios para uma coligação nacional grande. A iniciativa, que dizia respeito a política adversária de divisão racial, de fato, transcende os princípios do consociativismo ao enfatizar o enfoque participativo a partir de uma perspectiva socialista. Isso se reflete na proposta de política econômica e de governo, bem como na proposta de um Conselho de Reconstrução Nacional, que compreende de 50 pessoas em três categorias principais, ou seja, partidos políticos, organizações trabalhistas e camponesas, e organizações cidadãs. A Aliança Popular dos Trabalhadores, que foi se transformando em um movimento significativo na política e no social, destacou-se no papel de classe e dos fatores econômicos no contexto de uma sociedade fragmentada na Guiana, com um forte tom étnico (*Ibid*: 21). No entanto, o assassinato político de Rodney, o líder do WPA, fez com que este movimento fosse esmagado e, desde então, não desempenha mais um papel significativo.

As organizações acadêmicas e da sociedade civil

Uma interessante contribui-

ção para o debate sobre o consociativismo na Guiana veio do *Grupo Novo Mundo*, um movimento acadêmico de cientistas sociais críticos do Caribe anglófono. Em suas primeiras publicações (*New World Quarterly*, Vo.1, No.1, 1963), eles fizeram uma proposta para garantir um programa a longo prazo de transformação e sobrevivência da economia colonial da Guiana e da sociedade, considerando duas condições cruciais. A primeira foi a formação de um governo de “coalizão” a partir de “duas facções do movimento popular”, e a segunda, um programa acordado de reforma social e econômica (*Ibid*: 19).

5. Conclusão

As práticas democráticas e os assuntos teóricos abordados neste artigo indicam que tanto a realidade social quanto os sistemas políticos na Guiana e no Suriname estão enfrentando problemas persistentes. As soluções para os problemas na Guiana, com seu sistema majoritário, estão sendo recentemente garantidos pelo sistema consociativo de partilha de poder. O Suriname, por outro lado, tem uma longa tradição de consociativismo e também lida com grandes problemas. Alguns desses problemas são idênticos aos da Guiana, como a instabilidade política e o não desenvolvimento sustentável. Além disso, o sistema consociativo do Suriname levanta alguns problemas específicos, que variam desde a fragilidade das alianças políticas

interétnicas até a instabilidade do regime. O modelo em si está longe de ser uma panaceia decorrente do fato de que esses problemas específicos, provavelmente, não podem ser resolvidos de uma forma estrutural.

No nível empírico, a diferença principal entre os dois países é que, ao contrário do sistema consociativo no Suriname, as políticas majoritárias da Guiana parecem sofrer de polarização étnica duradoura. Embora o Suriname não experimente uma polarização étnica, uma alta instabilidade política foi identificada, refletida na curta duração de mudanças de governo e regime. Isto, combinado com uma alta volatilidade eleitoral, provavelmente, teve um impacto negativo sobre a política na tomada de decisão no Suriname.

A Guiana experimentou várias iniciativas de trabalho bem sucedidas que tentaram contribuir para uma solução de relações políticas e étnicas polarizadas através do consociativismo e para além das ideias. As iniciativas não deram resultados muito positivos, mesmo sem estabelecer uma ou outra forma de democracia consociativa ou uma grande coalizão nacional durante um período limitado. Isto se deu por causa de um conjunto de fatores internos e externos inter-relacionados, dos quais os mais importantes são os acontecimentos políticos anticoloniais radicais na Guiana, no contexto da Guerra Fria, e o da falta de confiança entre os dois principais partidos políticos.

Além disso, os principais atores não estavam familiarizados com consociativismo, devido à herança colonial britânica dos sistemas políticos majoritários. Em ambos os países, o envolvimento estrangeiro, particularmente a presença militar estrangeira e as intervenções implícitas, fortemente influenciada pela instabilidade política, e particularmente na Guiana, influenciaram decisivamente a queda do governo ou do regime.

Além desses problemas relacionados ao sistema político, os modelos de desenvolvimento falharam nas duas sociedades, fato que é refletido nas principais semelhanças de um crescimento econômico volátil e uma alta desigualdade econômica.

Por que é que, então, independentemente do sistema político, as sociedades multiétnicas enfrentam problemas persistentes de democracia e de desenvolvimento? Em primeiro lugar, os partidos políticos dominantes foram mais focados em manter a ordem social para sua própria sobrevivência. Em segundo lugar, e intimamente relacionado ao primeiro ponto, é a alta vulnerabilidade econômica desses países na economia internacional devido a prática de monoculturas de recursos naturais. A ligação entre esses fatores é que uma parte importante das receitas governamentais destes recursos são usados para manter as instituições do Estado (serviço público e empresas estatais), bem como os sistemas de clientelismo. Instrumentos idênticos foram utilizados nos dois países para manter

o *status* político e a dominação da classe média. Além do clientelismo e a mudança das instituições do Estado, a manobra deliberada do sistema eleitoral tornou-se um instrumento fundamental para manter o *status quo* político. No entanto, o contexto e o conjunto de variáveis sociais e políticas - papel da classe, trabalho, etnicidade, ideologia, política e de liderança, e a geopolítica social - eram diferentes em cada país.

Embora hajam semelhanças na manobra eleitoral, o contexto de cada país é diferente. Ilustrativo é a transferência do poder político no processo de descolonização. Na Guiana, a manobra eleitoral, juntamente com a mudança das instituições do Estado e as práticas democráticas, foi utilizada inicialmente pelo poder colonial, em colaboração com grupos locais de classe média para conter a mobilização de grupos socialistas. Em uma etapa posterior de transferência de poder no processo de descolonização, a mudança para práticas eleitorais proporcionais em combinações com intervenções estrangeiras, foram úteis para esmagar o movimento socialista radical. O conjunto de políticas variáveis foi diferente no Suriname com sua liderança política e, de um olhar mais interno, a falta de uma forte ideologia nacionalista. Consequentemente, no Suriname, não houve necessidade de intervenções de potências estrangeiras, exceto durante a fase anticolonial do regime militar.

Tanto no Suriname quanto na Guiana havia uma sistemática de manobra do sistema eleitoral para influenciar a distribuição de poder. No

Suriname, o poder colonial desempenhou um papel crucial na designação de um sistema eleitoral para as primeiras eleições - o sistema majoritário foi o preferido em relação ao sistema proporcional - que foi proveitoso para a população urbana predominantemente composta de mulatos e crioulos. Na Guiana, o poder colonial usou a manobra eleitoral após três eleições, com o objetivo de determinar, em um contexto de Guerra Fria, os processos políticos antes da independência política para impedir que o socialista PPP vencesse as eleições de 1964 e as subsequentes.

O clientelismo político também foi usado em ambos os países para o controle e distribuição de recursos a fim de garantir o apoio de várias categorias do eleitorado, que foi à custa de políticas de desenvolvimento com base na melhoria da capacidade de toda a população. Na Guiana, a retenção do poder estatal por um governo de mais de 28 anos resultou por influenciar os setores públicos, tornando-os alinhados aos partidos governantes e sua filiação ética. Ao contrário, no Suriname, a tradição de um sistema multipartidário resultou em grande parte na distribuição representativa da etnia no setor público. Desta forma, as classes médias tradicionais tentaram assegurar o poder do Estado para evitar uma mobilização bem sucedida do eleitorado com os respectivos grupos étnicos, contra as elites no contexto da fragmentação partidária. Um efeito nocivo deste sistema é o fato de ele tornar-se menos eficaz na tomada de decisão e governança.

Por que é então que o Suriname tem menos instabilidade étnica e uma distribuição étnica mais proporcional no setor público do que a Guiana? Vamos olhar primeiro para os três tipos de explicações existentes no contexto da noção de sociedade plural ou do consociativismo.

A primeira explicação mostra que é devido a composição demográfica no Suriname, com uma grande diversidade de grupos étnicos, e sem nenhuma maioria numérica. Esta explicação não é válida em Trinidad e Tobago, por exemplo, nem os indianos do Leste, nem os negros (crioulo) têm uma maioria demográfica, mas ainda há polarização étnica duradoura.

Uma segunda explicação argumenta que a etnicidade sempre dominou a política na Guiana, mas não no Suriname. (Ryan, 199:144; Allsopp 1997). Esta explicação baseia-se em uma espécie de determinismo étnico que carece de evidências empíricas, uma vez que no Suriname, a etnia tem sido tão significativa na política quanto na Guiana. Além disso (e este é o mais relevante), o sistema político, o contexto das políticas variáveis e o impacto nas relações étnicas, são diferentes no Suriname.

Uma terceira explicação existente enfatiza a multipolaridade de grupos étnicos no Suriname, combinada com sua fragmentação interna quase persistente (Drew 1978: 203). Há dois argumentos contra a explicação de que a multipolaridade étnica no Suriname e seus três principais grupos étnicos “Indianos, Crioulos e Javaneses”, é uma vantagem em

comparação com a bipolaridade na Guiana, com dois principais grupos étnicos. Primeiro, a multipolaridade no Suriname é limitada a um período relativamente curto (1958-1967) da “*verbroederingspolitiek*”. Daí em diante e particularmente de 1973-1980, o sistema político do Suriname pode ser caracterizado como bipolar com dois campos políticos, liderados pelo indianos do leste e crioulos, respectivamente. Em segundo lugar, a multipolaridade no Suriname compreendendo indianos, crioulos e javaneses é um mito, visto que o último grupo teve uma curta participação (1963-1967) em uma coalizção consociativa. O mito do consociativismo é ainda prejudicado por processos políticos após o regime militar (1980-1987). O novo partido político (NDP) afiliou-se com os militares superiores, e evoluiu para um grande partido multiétnico, tornando-se um inimigo ‘externo’ comum para os tradicionais partidos mono-étnicos (NPS e VHP). Como consequência de um modelo bipolar surgiu dois campos multiétnicos: uma combinação de partidos tradicionais e uma combinação do partido em torno do NDP multiétnico.

Uma abordagem mais frutífera para explicar as diferenças de instabilidade étnica e distribuição étnica no setor público é olhar para todo o contexto das políticas variáveis e como estas afetam as relações étnicas. O caso da Guiana é ilustrativo. Observou-se que a variável demográfica e étnica no país evoluiu para um clima político, que foi forte-

mente determinado por forças externas e oportunidades, e como tal, não eram a variável principal e decisiva que influenciava as relações étnicas. A composição da variação demográfica da população, combinada com as políticas variáveis no contexto da Guerra Fria, tornou-se uma condição principal para o conflito étnico entre os grandes grupos étnicos, em vez do desigual combate de negros por indianos.

Referências

- Allsopp, Richard (1997). The Jagan-Burnham Era, in: Guyana Review - Vol.5, No.56, 1997, p. 32-37.
- Bissessar (2002). The Introduction of New Public Management in Small States, in: Selwyn Ryan & Ann Marie Bissessar. Governance in the Caribbean, SALISES, The University of The West Indies, Trinidad and Tobago.
- Burrowes, Reynold (1984). The Wild Coast. An Account of Politics in Guyana. Schenkman Publishing Company, Inc. Cambridge, Massachusetts.
- Caricom Audit Commission (1998). Report of an Audit of the 1997 General and Regional Elections in Guyana.
- Dew, Edward (2001). Can Nation-Building be Achieved through Con-sociationalism in Suriname, in: Premdas Ralph R. (ed.) (2001) Identity, Ethnicity and culture in The Caribbean. University of the West Indies, St. Augustine.
- Dew, Edward (1978). The Difficult Flowering of Suriname. Ethnicity and Politics in a Plural Society. The Hague, Martinus Nijhoff.
- Duncan, Neville (2001). Governance and Caribbean Elections. Some recent Elections in CARICOM Countries 2000-2001, in: Caricom Perspective, number 70, June 2001.
- Ferkiss, Barbara and Ferkiss, Victor (1971). Race and Politics in Guyana, in: World Affairs Vol 134 n°. 1.
- Greene, J.E. (1974). Race versus Politics in Guyana. ISER, UWI 1974.IDB (2000).
- IDB (2000). Suriname, Governance in Suriname Study.
- Jagan, Cheddi (1997). The West on Trial. My Fight for Guyana's Freedom, Hansib Caribbean, Antigua.
- La Guerre, John Gaffar (ed) (2001). The Crisis in Ethnic Theorizing. University of the West Indies, St. Augustine.
- La Guerre, John Gaffar (ed) (1999). Politics, Society and Culture in the Commonwealth Caribbean. University of the West Indies, St. Augustine.
- La Guerre, John Gaffar (ed.) (1997). Issues in the Government and Politics of the West Indies. University of the West Indies, St. Augustine.
- Hinds, David (2001). The Case for Power Sharing, in: Caricom Perspective, number 70, June 2001.

James, Rudolph and Lutchman Harold (1984). *Law and the Political Environment in Guyana*. IDS, University of Guyana.

Krieger, Nancy (2002). *A Glossary for Social Epidemiology*, in: *Epidemiological Bulletin/PAHO*, Vol. 23, No 2 (2002).

Lutchman, Harold (1993). *Historical Perspective of Race and the Public Service in Guyana*, in: *History azette* no. 54, March 1993, University of Guyana.

Lijphart, Arend (1968). *Typologies of democratic systems*. In: *Comparative political studies*, 1.1 (april:3-44).

Lijphart, Arend (1977). *Democracy in plural societies: a comparative exploration*. New Haven, Yale University Press.

Lijphart, Arend (1999). *Patterns of Democracy. Government Forms and performance in Thirty-Six Countries*. New Haven, Yale University Press.

Lijphart, Arend (1984). *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Governments in Twenty-One Countries*. New Haven, Yale University Press.

Mars, Perry (1998). *Ideology and Change*, Wayne State University Press. Detroit Michigan & University of the West Indies.

Menke, Jack (2001). *Democracy and Governance in Multi-ethnic Socie-*

ties: the Case of Suriname, in: Selwyn Ryan (Ed) *Good Governance in the Caribbean: the Way Forward*, Caribbean Dialogue Vol. 6 Nos 3 & 4, July-December 2000 Arthur Lewis Institute, University of the West Indies, Port of Spain.

Menke, Jack (2000). *Traditie en verandering. De verkiezingen van 25 mei 2000 nader beschouwd in de post-militaire periode*, SWI-Forum voor Wetenschap en Cultuur vol. 16/2-17/1, Foundation for Information and Development (SWI), Paramaribo.

Menke, Jack (1997). *Electoral volatility, State Reform and Regional Identity in the Caribbean*, paper presented at the 22nd Annual CSA Conference, Barranquilla Colombia.

Menke, Jack (1991). *Problems of Development of the Guyanas*, Paramaribo, Anton de Kom University of Suriname.

Premdas, Ralph R. (ed) (2001). *Identity, Ethnicity and culture in The Caribbean*, University of the West Indies, St. Augustine.

Rodney, W., (1981). *History of the Guyanese working people, 1881-1905*. Baltimore, London, The Johns Hopkins University Press.

Ryan, Selwyn (1999). *Winner takes all. The Westminster experience in the Caribbean*. ISER, The University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago.

Ryan, Selwyn (1992). Guyana at the Cross Roads: Beyond Ethnic Paramountcy, in: Caribbean Affairs, 1992 vol. 5/3.

Ryan, Selwyn (1989). The Disillusioned Electorate. The Politics of Succession in Trinidad and Tobago. Inprint Caribbean Ltd, Port of Spain.

Sankatsing, G., (1989). Caribbean Social Sciences. An Assessment, UNESCO, Caracas.

Smith, M.G. (1960). Social and Cultural Pluralism, in: Annals of the New York Academy of Sciences, Vol. XX-XIII (1960).

Thakur, Rishee S. (Ed.) (2008). Con-sociational Democracy and the Logics of Governance, Transition, Special Issue Number 38, June 2008.

Thomas, Clive (2000). Guyana Review - Vol. 8, No. 86, 2000.

Thomas, Clive Y., (1988). The Poor and the Powerless, Latin America Bureau, London.

Thomas, Clive Y., (1984). The Rise of the Authoritarian State in Peripheral Societies, Monthly review press, New York and London.

Van Lier, Rudolf (1949). Samenleving in een Grensgebied, Deventer.

Williams, Eric (1964). History of the People of Trinidad and Tobago, Andre Deutsch Ltd, London.

